CORRIGIDO APÓS ASSEMBLEIA
ORDINÁRIA DE 23/03/02



Secção Regional Sul

Relatório de Actividades e Contas 2001

Lisboa
Março 2002

Documento2

SUMÁRIO

		Pág.
0	INTRODUÇÃO	2
1	CARACTERIZAÇÃO DA SECÇÃO	3
2	FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS	7
2.1	CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO SUL	7
2.1.1	Actividades correntes	8
2.1.2	Procedimentos administrativos	8
2.1.2.1	Expediente geral	8
2.1.2.2	Registos de contabilidade	8
2.1.2.3	Apoio às actividades formativas	8
2.1.3	Instrução de processos e inscrição	9
2.1.4	Recursos humanos	10
2.2	CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL DO SUL	11
2.3	CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL DO SUL	14
2.3.1	Instrução de processos	15
2.3.2	Outras actividades	16
2.4	CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL	17
2.5	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO SUL	17
3	SÍNTESE CONCLUSIVA	18
4	APRESENTAÇÃO DE CONTAS	20
4.1	SITUAÇÃO ECONÓMICA	20
4.2	SITUAÇÃO FINANCEIRA	23

0. - INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea f) do artigo 34º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, ao Conselho Directivo Regional, até 31 de Março, compete submeter o relatório e contas, relativos ao ano civil anterior, à aprovação da Assembleia Geral Regional.

È com o objectivo de dar cumprimento a esta determinação que se apresenta a síntese das actividades realizadas no período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001, bem como o relatório das despesas inerentes ao funcionamento desta Secção Regional.

Pretende-se ainda proceder a uma breve análise reflexiva, comparando as actividades realizadas com as programadas, no sentido de identificar o nível de concretização do Plano aprovado para o ano de 2001.

A identificação dos principais constrangimentos e dificuldades, permitirá identificar e desenvolver atitudes correctivas, no sentido da optimização da prestação de serviços aos membros da Ordem e de melhores cuidados de enfermagem à população.

Para o ano de 2001, foram eleitos, como áreas prioritárias, três eixos de intervenção integrados na estratégia nacional da Ordem dos Enfermeiros:

- Eixo de Intervenção 1 – Promover a participação dos membros na discussão das questões estratégicas para o sistema de saúde em Portugal

- Eixo de Intervenção 2 – Promover o desenvolvimento e acompanhamento do exercício profissional na área da secção regional

- Eixo de Intervenção 3 – Garantir o funcionamento eficaz e eficiente da secção regional

1. CARACTERIZAÇÃO DA SECÇÃO REGIONAL SUL

A Secção Regional Sul da Ordem dos Enfermeiros abrange 47% do território nacional, o que corresponde a 7 distritos e inclui as Regiões de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

A base territorial desta Secção Regional apresenta grande diversidade, quer de estabelecimentos de saúde, quer ainda na distribuição dos recursos de enfermagem.

Os quadros e gráficos que se seguem permitem constatar, e ilustrar, a afirmação anterior:

Membros efectivos por Região de Saúde

	Nº Membros a 31 de Dezembro 2001	% do Total nacional
SECÇÃO REGIONAL SUL	16879	42.2%
Região Saúde Lisboa Tejo	13502	33.8%
Região Saúde Alentejo	1788	4.5%
Região Saúde Algarve	1371	3.4%
Situações de mobilidade	218	0.5%
OUTRAS SECÇÕES	23095	57.8%
Região Norte	11881	29.7%
Região Centro	8649	21.6%
Região Madeira	1404	3.5%
Região Açores	1148	3%
TOTAL NACIONAL	39974	100%

Constata-se assim que, de entre as Secções Regionais da OE, a do Sul é inquestionavelmente a maior em extensão territorial e numérica, tendo de dialogar com três Administrações Regionais de Saúde e com diferentes problemáticas regionais.

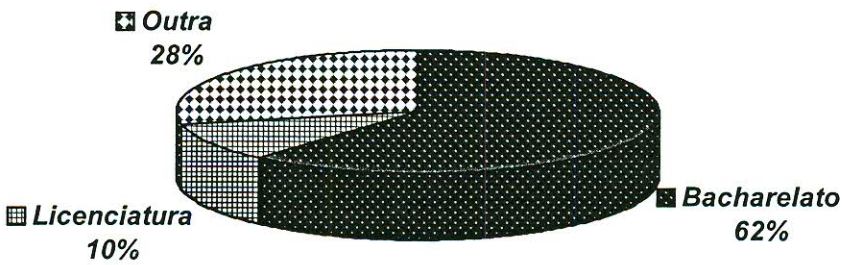
Membros efectivos por Secção Regional e Grau Académico

SECÇÃO REGIONAL	Nº Membros a 31 de Dezembro 2001			TOTAL
	Bacharelato	Licenciatura	Outro	
SECÇÃO REGIONAL SUL	10362	1756	4761	16879
Secção Regional Norte	7780	1552	2549	11881
Secção Regional Centro	5607	1281	1761	8648
Secção Regional Madeira	835	318	248	1401
Secção Regional Açores	810	143	211	1164
TOTAL NACIONAL	25394	5050	9530	39974

A SRS é também aquela que tem, potencialmente, mais candidatos ao Curso de Complemento de Formação em Enfermagem.

Este facto torna-se mais evidente com a ajuda da ilustração gráfica que se segue.

Gráfico da distribuição proporcional de enfermeiros da SRS segundo grau académico



O quadro seguinte proporciona-nos a situação relativa da SRS face às diferentes nacionalidades dos candidatos a inscrição na OE:

Membros efectivos por Secção Regional e Nacionalidade

	SUL	Norte	Centro	Madeira	Açores	TOTAL
Portuguesa	15796	11760	8450	1398	1156	38560
Espanhola	862	46	126	1	1	1036
Outras Nacional. C. Europeia	61	17	16	1	1	96
PALOP's	105	12	13	0	0	130
Brasileira	32	38	35	1	3	109
Outras Nacionalidades	23	8	9	0	3	43
TOTAL	16879	11881	8649	1401	1164	39974

A SRS é também a que, de longe, lida mais com a problemática dos pedidos de inscrição de enfermeiros estrangeiros, o que significa um esforço suplementar dos membros do CERS e do CDRS no sentido de se informarem acerca dos diferentes enquadramentos legais que permitem a atribuição do título de enfermeiro ou de enfermeiro especialista a cidadão estrangeiros que desejam exerce a profissão no nosso país.

A diferenciação profissional é um outro aspecto da situação da profissão que resolvemos evidenciar para caracterizar, ilustrando, as particularidades da SRS. As informações relativas a 31 de Dezembro de 2001 são as que se encontram no quadro seguinte.

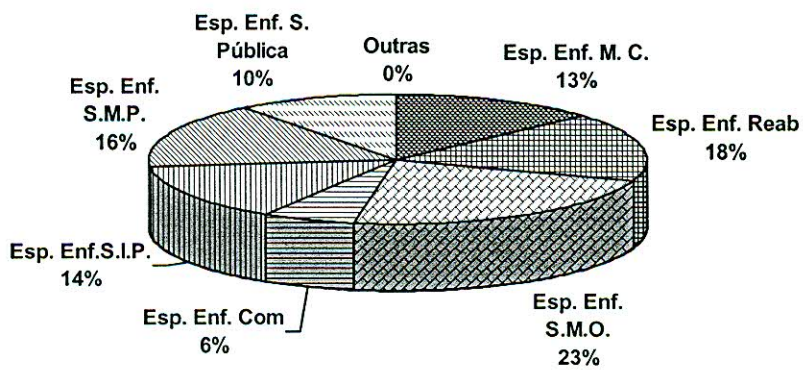
Membros efectivos por Secção Regional e Título Profissional

	SUL	Norte	Centro	Madeira	Açores	TOTAL
Enfermeiro	14656	9803	6950	1071	961	33441
Enfermeiro Especialista	2223	2078	1699	330	203	6533
Medico-Cirurgica	296	431	291	70	45	1133
SMObstetrica	498	503	378	61	56	1496
SIPediatrica	319	299	287	29	22	956
Reabilitação	380	255	283	50	15	983
SComunidade	136	145	108	70	21	480
SMPsiquiatrica	360	305	206	33	29	933
SPública	231	136	146	17	15	545
Outras	3	4	0	0	0	7
TOTAL	16879	11881	8649	1401	1164	39974

Apesar da SRS ser a que compreende o maior número de habitantes e de estabelecimentos de saúde, não é a que apresenta maior número de especialistas em Enfermagem Médico-Cirúrgica e de Saúde Materna e Obstétrica.

Os 2223 enfermeiros especialistas representam 34% do total nacional. De acordo com as especialidades actualmente reconhecidas pela Ordem, estão distribuídos da forma ilustrada pelo gráfico que segue.

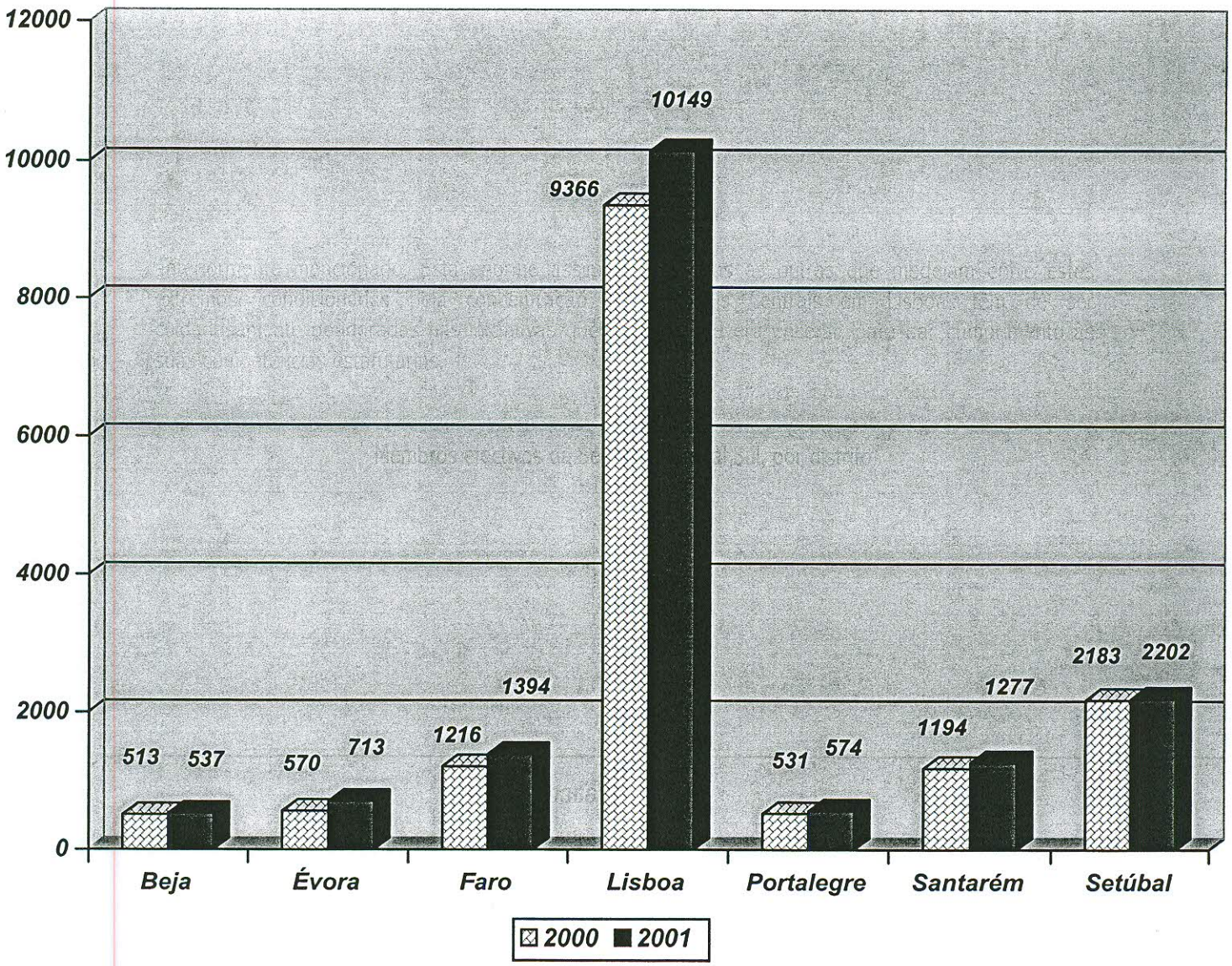
Distribuição dos Enfermeiros Especialistas da SRS por especialidade



A assimetria da distribuição dos enfermeiros pelos diferentes Distritos da Secção Regional do Sul é outro facto que se pode constatar pela informação contida no gráfico que se segue. Podemos assim constatar que o distrito que menor número absoluto de enfermeiros tem é o de Beja, e que, dentro da área da Secção, o distrito de Lisboa tem cerca de vinte vezes mais enfermeiros do que o

anteriormente mencionado. Esta enorme assimetria, e todas as outras que medeiam entre estes extremos, condicionadas pela concentração de Hospitais Centrais em Lisboa, têm de ser cuidadosamente ponderadas nas iniciativas que a Secção deverá encetar, para dar cumprimento às suas competências estatutárias.

Membros efectivos da Secção Regional Sul, por distrito



2 – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

A necessidade da presença de enfermeiros dos Órgãos Sociais, com o objectivo de acompanhar diariamente o funcionamento da Secção, nomeadamente para dar resposta às solicitações dos membros, continuou a ser sentida.

Contudo ainda não foi possível responder completamente a esta necessidade, dado que todos os membros dos órgãos sociais desta Secção Regional, cumprem o seu trabalho a tempo inteiro nas Instituições a que pertencem, disponibilizando para a Ordem apenas o seu tempo após o horário laboral, à excepção dos dias programados para as respectivas reuniões ordinárias, dias em que são dispensados pelas suas Instituições. Mesma nesta área e durante este ano, ocorreram alguns incidentes que ainda não estão completamente resolvidos.

2.1 – CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO SUL

O Conselho Directivo Regional Sul, durante 2001, efectuou 21 reuniões ordinárias, com a periodicidade quinzenal.

Foram distribuídas áreas de responsabilidade por entre os membros do Conselho Directivo e efectuadas normas de procedimento administrativas para as diferentes áreas:

- Tratamento de queixas/reclamações
- Processo de inscrição
- Secretariado das reuniões
- Tratamento de tesouraria

Constatada a necessidade da operacionalização das deliberações tomadas nas reuniões ordinárias e actividades inerentes às áreas de responsabilidade, semanalmente os elementos do Conselho Directivo desenvolveram actividades na Secção Regional Sul.

Rotativamente, os elementos do Conselho Directivo, efectuaram o atendimento semanal aos membros (4ª feiras das 17h às 19h), num total de 15 entrevistas realizadas, desde Julho a Dezembro.

Trimestralmente realizaram-se reuniões alargadas com todos os órgãos sociais.

2.1.1 – Actividades correntes

As actividades desenvolvidas durante o ano de 2001, efectivadas pelos diferentes órgãos regionais, de acordo com as suas atribuições estatutárias, asseguraram o funcionamento da secção, tendo garantido a execução dos objectivos propostos.

Importa salientar que este foi o ano em que se verificou a mudança de instalações o que condicionou de alguma forma a execução de algumas das actividades previstas.

No entanto foram garantidos todos os procedimentos administrativos, desde o expediente geral, registos de contabilidade , gestão de recursos humanos e materiais e instrução de processos de inscrição.

2.1.2 – Procedimentos administrativos

A organização administrativa de uma secção regional desta dimensão e em novas instalações é complexa e exige trabalho de planeamento, execução e de supervisão.

2.1.2.1 - Expediente Geral

- Gestão administrativa do economato. Para o efeito foi adoptado o sistema de reposição por níveis.
- Movimento de Tesouraria – pagamento de inscrições, emolumentos, declarações, quotização, fotocópias, 2ªs vias de cédulas
- Arquivo Geral
- Registo de documentos para e de todos os Orgãos (entradas e saídas).

2.1.2.2 – Registos de Contabilidade

- Documentos de registo mensal
- Registo de quotas
- Registo de realização de fotocópias
- Registo de emissão de declarações ou certificados
- Registo de emissão de certidões
- Registo de emissão de 2ªs vias de cédula profissional
- Depósitos bancários e registos enviados à Sede Nacional

Todos estes registos são efectuados diariamente.
Mensalmente são efectuados os registos /síntese a enviar à sede nacional, com as respectivas justificações.
Semestralmente é efectuada a análise evolutiva/comparativa dos dados.

2.1.2.3 – Apoio às actividades formativas

- Execução dos certificados para as diferentes actividades realizadas
- Registo da emissão de certificados

2.1.3. – Instrução de Processos de Inscrição

- Apoio na instrução do processo de inscrição
- Emissão de recibos
- Registo informático do processo de inscrição
- Tramitação dos processos pelos diferentes Orgãos Sociais (Conselho Directivo Regional, Conselho de Enfermagem Regional, Comissão de Cuidados Gerais e/ou Comissão de Especialidade, Conselho de Enfermagem Nacional e Conselho Directivo Nacional)
- Arquivo dos processos após emissão de cédula e atribuição de título(s).
- Registo de processos pendentes (a aguardar documentação)
- Manutenção do sistema de alertas implementado para o controlo dos processos pendentes.
- Manutenção da base de dados do Arquivo Morto (que inclui a informação ás diferentes instituições do arquivamento dos processos de inscrição)

Relativamente à instrução de processos de inscrição e durante o ano em apreço, entraram na Secção Regional Sul 1574 pedidos de inscrição.

	Pedidos de inscrição 2001
SECÇÃO REGIONAL SUL	1574
Secção Regional Norte	766
Secção Regional Centro	705
Secção Regional Madeira	84
Secção Regional Açores	121
TOTAL NACIONAL	3250

Os 1574 pedidos de inscrição representam **48.4%** do total nacional e estão distribuídos pelas seguintes nacionalidades:

- Portuguesa – 845 (**36%** do total nacional)
- Espanhola – 670 (**82.2%** do total nacional e **42,6%** do total da s. regional sul)
- Outras nacionalidades europeias – 20 (**69%** do total nacional)
- Brasileira – 19 (**68%** do total nacional)
- PALOP's – 14 (**63.6%** do total nacional)
- Outras nacionalidades – 6 (**60%** do total nacional)

A 31 de Dezembro tinham concluído o processo 1501 pedidos.

	Inscritos 2001
SECÇÃO REGIONAL SUL	1501
Secção Regional Norte	225
Secção Regional Centro	300
Secção Regional Madeira	82
Secção Regional Açores	111
TOTAL NACIONAL	2219

Até 31 de Dezembro de 2001:

- aguardavam documentos para a completa instrução do processo, ou seja, encontravam-se na situação de pendentes 109 processos. A estes foi aplicado o sistema de alerta por forma a concluirem a tramitação dentro do prazo estipulado pelo Conselho Directivo Nacional (seis meses).
- Passaram a Arquivo Morto, por cancelamento, suspensão, falecimento, e não admissão, 181 processos, ou seja, **51.4%** do total nacional dos processos arquivados.

2.1.4. – Recursos Humanos

- Recrutamento, selecção e contratação de duas (2) funcionárias no mês de Julho:
  - Funcionária administrativa, com experiência na área do contencioso.
  - Funcionária de apoio geral e administrativo

- Formação na área do Atendimento ao público e Informático a duas funcionárias administrativas.

- Estabelecimento de Contrato de Avença:
  - Assessora Jurídica para apoio ao CDR e CJR
  - Assessora Financeira para apoio ao CDR

- Ainda no âmbito administrativo foram efectuadas Prestações de Serviço para a digitalização de fotografias dos membros, para execução das novas cédulas.

- Atribuição de um abono para falhas a todos os funcionários administrativos, no valor de 5% do vencimento.

- Foram desenvolvidas as restantes actividades inerentes à gestão de recursos humanos.

2.1.5. Mudança de instalações

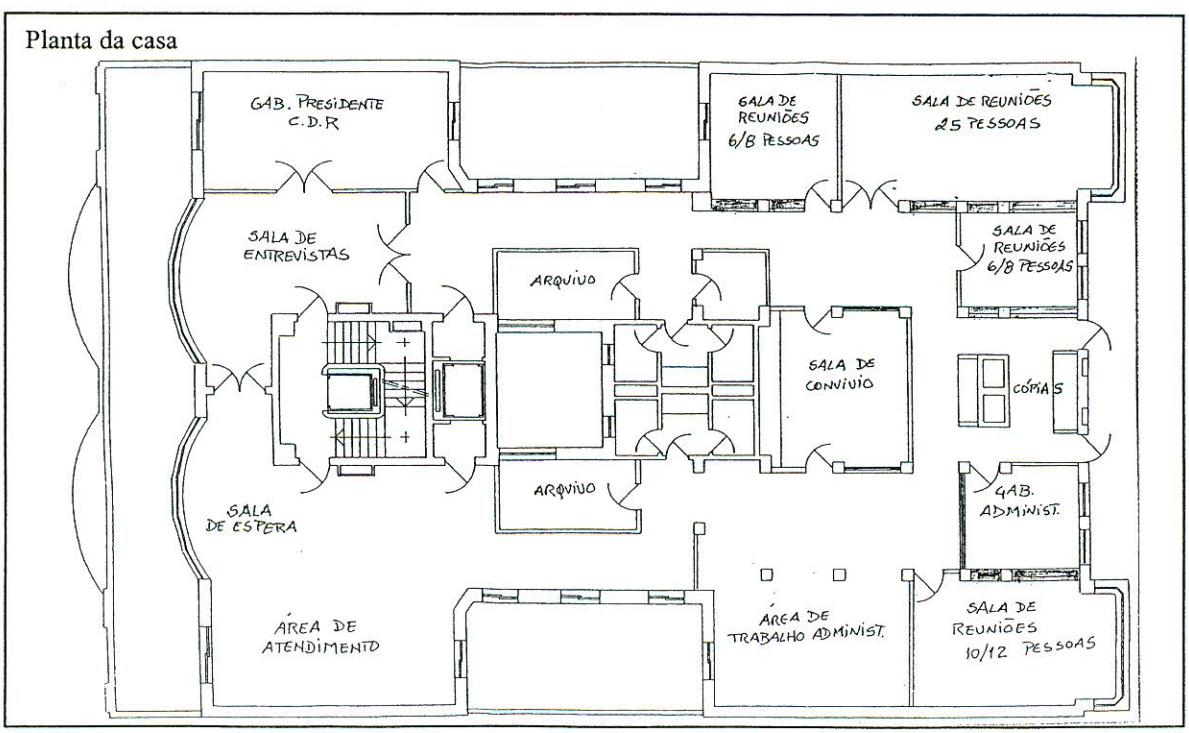
Relativamente à instalação da sede, importa salientar a grande preocupação com o cumprimento do orçamento previsional aprovado em Assembleia, orçamento esse resultante do compromisso assumido pelo CDR, em garantir uma gestão equilibrada dos fundos dos membros.
Isto significa, garantir uma taxa de endividamento sustentável, sem pôr em causa, no presente e no futuro as actividades e o normal funcionamento da Secção Regional Sul.

Desde o início do seu planeamento a Secção Regional Sul contou com o apoio dos assessores jurídicos no que concerne à efectivação de contratos, adjudicações e consequente controlo das execuções.

As novas instalações da Secção Regional Sul, situada na Rua Castilho, nº 59, 8º andar, em Lisboa, cuja escritura foi efectivada no dia 24 de Outubro de 2000, tem uma área de 400m2 e foram alvo de projecto de interiores, por forma a que a distribuição dos espaços correspondesse às necessidades da secção.
No decurso das obras houve ainda necessidade de se proceder a negociações com a Administração do prédio, com vista à reparação de infiltrações resultantes do rigoroso Inverno.

Com se pode constatar pela apresentação de contas, foram inúmeros os contactos, negociações e adjudicações, por forma a que no dia 9 de Julho se iniciasse as actividades na nova sede.
Importa realçar que todos os membros dos orgãos sociais estiveram envolvidos, em maior ou menor grau, neste trabalho.

Planta da casa



2.2 - CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAL SUL

O Conselho de Enfermagem Regional reúne mensalmente para as suas reuniões ordinárias, destacando semanalmente os elementos necessários à análise de processos em trânsito para admissão na Ordem dos Enfermeiros.

As actividades desenvolvidas pelo Conselho de Enfermagem da Secção Regional do Sul, durante 2001, tendo por base o Plano de Actividades do respectivo órgão, a participação dada pelos diferentes elementos nas respectivas comissões de especialidade, formação e cuidados gerais, bem como a colaboração prestada sempre que solicitada pelos outros órgãos da secção regional, e de nível nacional, foram as seguintes:

Reuniões ordinárias

Foram realizadas mensalmente, conforme o previsto.

Promover a reflexão sobre o Código Deontológico

Em articulação com o Conselho Jurisdicional Regional, está prevista a realização desta actividade para Fevereiro de 2002. Será realizada na Escola Superior de Enfermagem de Beja, sob a forma de seminário para os alunos do Curso de Complemento de Formação. Após a avaliação deste primeiro seminário proceder-se-à ao planeamento de novos seminários.

Promover a divulgação da CIPE

O desenvolvimento desta actividade dependia em parte dos objectivos do CEN para esta matéria. Foi realizada uma acção de divulgação que decorreu nas instalações da ESE da Cruz Vermelha nos dias 1 e 2 de Junho. Contou com a participação de enfermeiros de hospitais, públicos e privados e centros de saúde de todas as regiões e sub-regiões de saúde que fazem parte desta secção. Esta metodologia pretendia criar "massa crítica" que em conjunto com os elementos dos órgãos sociais da OE estabelecessem uma rede de divulgação e apoio para esta matéria.

Acabou por se realizar apenas a referida acção, em nosso entender por duas ordens da razão:

- as acções planeadas eram em número excessivo para o estádio de desenvolvimento do processo e para o tempo disponível dos intervenientes;
- os elementos que constituem este conselho foram solicitados a participar na discussão e elaboração dos padrões de qualidade o que retirou ainda mais tempo à realização das acções de divulgação da CIPE.

Encontro de Saúde Materna e Obstétrica

Realizado em Évora, no dia 24 de Abril contando com a participação de 180 enfermeiros.

Encontro do Enfermeiro de Família

Realizado nos dias 19 e 20 de Outubro, em Faro.

Visitas institucionais

Foram efectuadas visitas, por iniciativa da SRS, às seguintes instituições:

Conselho de administração da ARSLVT	Outubro
Conselho de administração da ARS Algarve	Outubro
Conselho de administração da ARS Alentejo	Novembro
Hospital Distrital de Abrantes	Novembro
Hospital Distrital de Évora	Novembro
Hospital Distrital de Faro	Novembro

Actividades culturais

Foi realizada conforme o previsto no Dia Mundial do Enfermeiro. A avaliação foi bastante positiva de modo a incentivar nova realização no ano de 2002. Tem no entanto, que ser planeada, e tomadas as decisões inerentes com mais tempo de antecedência a fim de se poder fazer uma divulgação mais atempada.

Visitas a Instituições prestadoras de Cuidados de Saúde e Escolas Superiores de Enfermagem

As visitas realizadas aos Hospitais tiveram como objectivo, apreciar situações "problemáticas". Todas as visitas foram solicitadas, quer por elementos internos da organização, quer por reclamação externa. De todas as visitas foram elaborados relatórios. Foram visitadas as seguintes Instituições:

H. de Santa Maria;
H. Pulido Valente;
Centro de Enfermagem Particular da Estefânia.

As visitas às Escolas de Enfermagem foram realizadas por solicitação do corpo docente e tiveram como objectivos: divulgar a OE junto dos jovens profissionais e alunos das Escolas; esclarecer as competências da OE. Foram visitadas as seguintes ESEs:

Artur Ravara;
S. Vicente de Paulo;
Francisco Gentil;
Cruz Vermelha Portuguesa.

Elaboração de Padrões de qualidade dos Cuidados de Enfermagem

Foi dada colaboração na elaboração e validação dos enunciados descritivos e do quadro conceptual para a elaboração dos padrões de qualidade.

A elaboração de padrões de qualidade foi trabalhada por todos os elementos deste Conselho. De todas as actividades foi elaborado relatório. Nesta actividade estiveram também envolvidas as seguintes organizações:

- H. Distrital de Torres Novas;
- H. do Barlavento Algarvio;
- H. Garcia d' Orta;
- H. Nossa Senhora do Rosário;
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Emissão de opiniões

O CER pronunciou-se acerca de matérias da sua área de intervenção, a pedido do CDR, nomeadamente:

- Vacinas não previstas no PNV .
- Necessidade de acompanhamento nas consultas de planeamento familiar para colheita de espécimen.

Participação de Membros do CERS noutras actividades

- Organização do I Congresso da OE
- Participação no grupo de revisão dos Estatutos da OE
- Colaboração na preparação e realização dos Workshops regionais e respectivo Forum de Formação.

2.3 - CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL SUL

No ano 2001 o Conselho Jurisdicional Regional efectuou 16 reuniões (acta 25 a 41) que, entre outros assuntos, se centraram na análise e tomada de decisão sobre os processos instruídos. A periodicidade mensal das reuniões foi mantida e mesmo ultrapassada em função das necessidades impostas pelo cumprimento dos prazos a que os procedimentos estão sujeitos.

A par destas reuniões os membros deslocaram-se á secção regional a fim de procederem às audiências dos queixosos, visados, arguidos ou testemunhas e à preparação e organização dos processos nos quais eram instrutores.

O funcionamento do CJR sofreu uma mais valia substancial com o acompanhamento permanente da assessora jurídica na preparação e condução de todas as etapas e documentos inerentes ao desenvolvimento processual, bem como nas reuniões do próprio órgão.

Outro factor positivo a destacar foi a centralização do apoio administrativo num dos funcionários da secção e adequação do respectivo horário de trabalho para secretariar as reuniões do CJR para além do horário normal de funcionamento; esta situação repercutiu-se numa diminuição significativa das tarefas administrativas realizadas pelos membros e numa maior adaptabilidade às competências do órgão.

Com a finalidade de melhorar a comunicação entre os órgãos, em particular com o CDR e o CJ, e estruturar o trabalho a desenvolver, foi elaborado no final do ano, um conjunto de procedimentos administrativos que de certo vão facilitar o apoio administrativo e agilizar a condução dos processos.

As novas instalações é um outro factor que merece o realce necessário pela qualidade introduzida no espaço de trabalho.

2.3.1 - Instrução de processos

No âmbito da instrução dos processos decorrentes de queixas, os membros efectuaram as audiências exigidas, que se efectivaram na sede regional, como já referido.

No período a que se refere este relatório, e como definido estatutariamente, a principal actividade deste órgão consistiu na instrução dos processos de inquérito ou disciplinares originados pelas queixas/participações ou requerimentos que transitaram do ano anterior e dos que entraram no decorrer do ano 2001.

Os quadros que se seguem ilustram o movimento ocorrido. Conforme se pode verificar pela leitura do quadro 1 em 2001 houve um acréscimo significativo de queixas (14) entradas relativamente ao ano anterior em que apenas entraram 5 queixas/participações.

QUADRO I - MOVIMENTO DOS PROCESSOS ENTRADOS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

ANO	Nº	ARQUIVA.	SANCIONA.	Transitam
1999	15	14	0	1
2000	5	2	1	3
2001	14	9 **	1**	7*
total	34	25	2	7*

*1 Processo aguarda decisão a proferir em processo crime
**Estes processos estão incluídos nos 38 do quadro da pág. 19

Dos três processos transitados de 2000 e concluídos em 2001 a situação final é a que se descreve no quadro nº 2

Quadro II – SITUAÇÃO DOS PROCESSOS TRANSITADOS DE 2000

QUEIXOSO	RESOLUÇÃO
X	Suspenso e a aguardar decisão a ser proferida em processo crime (art.º 53º, ponto 2 da OE)
Y	Arquivado
Z	Sancionado

Dos 14 processos entrados, 9 foram arquivados pela inexistência de verificação de infracção disciplinar, 1 foi sancionado com pena de advertência escrita e 7 transitaram para o ano 2002. Dos 7 processos que transitaram para 2002, conforme se pode ver no quadro que se segue, 2 estão numa

fase final de instrução, 1 aguarda envio de parecer solicitado, 2 estão em fase de procedimento disciplinar e 1 está em fase inicial de inquérito.

QUADRO III – SITUAÇÃO DOS PROCESSOS ENTRADOS EM 2001

QUEIXOSO	Nº	Situação em 31/12/2001
A*	1*	Aguarda-se parecer médico
B	8	Arquivado
C	2 (1*)	Fase final
D	1*	Pendente
E	1*	Processo de inquérito
F	1*	Processo disciplinar

* Processos que transitam para 2002

As queixas entradas foram maioritariamente dirigidas à Ordem contrariando a tendência verificada nos anos anteriores em que provinham da ARSLVT.

2.3.2 – Outras actividades

A par da actividade regional os membros do CJR participaram nas reuniões do CJN e nas actividades formativas por este desenvolvidas. Um elemento fez parte de um grupo de trabalho no âmbito do CDN.

Para além destas actividades os membros do CJR colaboraram com o CDR Sul e com o CER Sul em visitas institucionais realizadas às seguintes organizações de saúde:

Hospital Distrital do Espírito Santo de Évora
Hospital Distrital de Faro
Centro de Saúde de Montemor-o-Novo

As reuniões conjuntas dos órgãos regionais revestiram-se de grande importância na procura de uma articulação e de soluções conjuntas.

Ao fazer-se um balanço das actividades desenvolvidas, tendo em conta o plano de actividades proposto, verifica-se que não houve desvios significativos.

A maior parte dos constrangimentos apontados no ano 2000 foram ultrapassados. No entanto, dois aspectos continuam a ser merecedores de uma atenção particular. Por um lado a dificuldade dos membros na condução dos processos, pese embora a assessoria jurídica, proveniente do carácter inacabado e contínuo de todo e qualquer processo de aprendizagem e da singularidade das situações. Por outro lado a dificuldade dos membros em conciliarem as suas responsabilidades profissionais com a necessidade em tempo exigida pelas tarefas inerentes ao exercício do cargo.

Como conclusão final considera-se que no ano 2001 se introduziram dinâmicas de trabalho cruciais ao desempenho das atribuições do CJR.

2.4 – CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL

Em sequência do estatuído para este órgão, foram integralmente cumpridas as suas responsabilidades, com a realização de reuniões ordinárias nos meses de Fevereiro, Maio, Setembro e Dezembro.

2.5 – MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL DO SUL

Em 31 de Março de 2001, reuniu em Lisboa a Assembleia Ordinária da SRS. Não obstante a fraca participação de membros, foram aprovados o Relatório e Contas de 2000, assim como o Plano de Actividades e Orçamento para 2001.

3 – SÍNTESE CONCLUSIVA

Relativamente ao EIXO DE INTERVENÇÃO 1 - Promover a participação dos membros na discussão das questões estratégicas para o sistema de saúde em Portugal - , em que foram definidos três objectivos:

Objectivo 1 – Acompanhar e monitorizar o exercício profissional no âmbito das experiências inovadoras em curso, ao nível hospitalar e dos Centros de Saúde;

Objectivo 2 – Avaliar a adequação dos recursos humanos às necessidades de cuidados de enfermagem da população e diagnosticar a capacidade formativa na região;

Objectivo 3 – Criar uma rede de colaboradores institucionais;

foram constituídos grupos de trabalho que irão desenvolver a sua actividade durante o ano de 2002, e está em curso o contacto com os colegas por forma a viabilizar a constituição da rede de colaboradores.

Quanto ao EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - promover o desenvolvimento e acompanhamento do exercício profissional na área da secção regional - , em que foram definidos cinco objectivos:

Objectivo 1 – Avaliar todas as situações apresentadas à OE susceptíveis de interferir na qualidade dos cuidados de enfermagem ou de violar a dignidade dos enfermeiros e os seus direitos, liberdades e garantias;

Objectivo 2 – Promover o exercício da profissão em condições de legalidade;

Objectivo 3 – Garantir a adequada averiguação de todas as queixas/ reclamações apresentadas à OE e promover a sua análise qualitativa, para avaliação das possíveis causas;

Objectivo 4 – Promover o desenvolvimento profissional, científico e técnico dos enfermeiros;

Objectivo 5 – Acompanhar o exercício liberal da profissão;

os objectivos 1,2 e 4 foram atingidos, tendo as actividade sido desenvolvidas pelos diferentes órgãos, como se pode constatar no capítulo 2.

Relativamente ao objectivo nº 3, tal como se pode observar no quadro que se segue,

Distribuição dos processos na Secção Regional Sul

	1999				2000				2001				2002				TOTAL			
	Arquiv.	Activos			Arquiv.	Activos			Arquiv.	Activos			Arquiv.	Activos			Arquiv.	Activos		
		CDRS		CJRS		CDRS		CJRS		CDRS		CJRS		CDRS		CJRS		CDRS		CJRS
		Orgão	MP			Orgão	MP			Orgão	MP			Orgão	MP			Orgão	MP	
Má Prática					9			1	13	1		4	1				23	1		5
Exercício Ilegal			2		8		3		8	7	2			4			16	11	7	
Exercício profissional					9				13	2		2					22	2		2
Outros					1			1	4			1	1				6			2
TOTAL			2		27		3	2	38	10	2	7	2	4			67	14	7	9

dos 100 processos decorrentes de queixas, apreciados até 31 de Dezembro, 65 foram arquivados, 9 encontram-se no CJRS, para eventual processo disciplinar, e dos restantes 26, há 8 que foram objecto de denúncia junto do Ministério Público, aguardando-se a respectiva decisão.

No campo do exercício liberal da profissão (objectivo nº 5), não foi ainda possível, durante o ano de 2001, dar início às actividades conducentes ao acompanhamento adequado da situação, uma vez que os parâmetros nacionais sobre esta matéria se encontram em definição.

Outras actividades foram desenvolvidas, em colaboração com outros orgãos, destacando-se as inerentes ao trabalho subordinado ao tema "Exercício Liberal" e a situação dos Enfermeiros Militares:

1. Proposta metodológica para a execução do trabalho que nos propuseram sobre o "Exercício Liberal";
2. A 16 de Janeiro, convocados pelo Conselho Directivo Nacional, participamos numa reunião com o Enfº Jaime, a Enfª Augusta e a Drª Ana Marta, advogada da Ordem, a fim de debater problemas relacionados com a situação dos Enfermeiros Militares e onde foi agendada outra reunião mais alargada para debater o mesmo tema, com a presença de representantes dos vários ramos das Forças Armadas;
3. Participação no Congresso de Ética organizado pelo Conselho Jurisdicional Nacional, realizado no Seminário de Vilar, no Porto, onde apresentámos o tema "Problemas Éticos no Exercício da Enfermagem em contexto Militar";

O EIXO DE INTERVENÇÃO 3, garantir o funcionamento eficaz e eficiente da Secção Regional, conjuntamente com os dois objectivos a que deu origem:

Objectivo 1 – Promover a participação dos membros dos órgãos regionais, de forma articulada, nas actividades da OE;

Objectivo 2 – Instalar e organizar a Secção regional nas suas novas Instalações;

foi conseguido de acordo com a calendarização prevista, materializando-se na existência de instalações que julgamos funcionais e condignas, sitas na Rua Castilho, nº 59, 8º, em Lisboa, que, desde 2 de Julho de 2001 estão plenamente ao serviço dos membros da Secção Regional do Sul.

4 – APRESENTAÇÃO DE CONTAS

4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros registou no exercício de 2001 um acréscimo dos resultados transitados de 44.504 contos e meios libertos de 50.044 contos.

Os proveitos totais situaram-se em 90.451 contos, valor superior ao orçamentado em 8.451 contos (+ 10.3%), e que evidencia um crescimento de 8.516 contos (+10.4%) face ao exercício de 2000.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, bem como a sua comparação com 2000, foram as seguintes:

mEsc

Proveitos	Valor realizado em 2001	Valor orçamentado em 2001	Valor realizado em 2000
Percentagem sobre facturação	86.683	81.000	80.976
Emolumentos	638	0	0
Proveitos suplementares	14	0	0
Proveitos financeiros	2.031	1.000	959
Proveitos extraordinários	1.085		
TOTAL	90.451	82.000	81.935

O valor da quotização total emitida e recebida e a sua distribuição pela Secção Regional do Sul, pode ser observada no quadro seguinte:

mEsc

	TOTAL (*)	SUL
Quotização emitida	693.198	86.683
Quotização recebida (**)	607.097	76.429 (***)

(*) Totais para distribuição pelas Secções Regionais e Sede Nacional nas percentagens correspondentes a cada uma.

(**) Relativa a anos anteriores, próprio ano e anos futuros (pagamento por antecipação) recebida no ano 2001.
(***) 10.134 contos relativos às quotas de Dezembro de 2001 serão transferidos em 2002.
Os custos do exercício totalizaram 45.947 contos, valor inferior ao orçamentado em 31.5%.

mEsc

Custos	Valor orçamentado	Valor realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	46.445	20.899	-55,00%
Impostos	250	1.022	308,80%
Custos com o pessoal	11.200	13.060	16,61%
Amortizações	3.000	5.540	84,67%
Custos e perdas financeiras	6.200	5.406	-12,81%
Custos e perdas extraordinárias	0	20	
TOTAL	67.095	45.947	-31,52%

Da execução orçamental dos custos e da sua evolução, salientam-se os seguintes aspectos:

Fornecimentos e Serviços Externos

A conta fornecimentos e serviços externos é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos da **Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros**, representando 45.5% do seu total e as principais contribuições são:

mEsc

Fornecimentos e Serviços Externos	2001	Previsão	Variação
Electricidade	476	2500	-2024
Água	79	200	-181
ferramentas e utens. Desgaste rápido	49	---	+49
livros e documentação técnica	321	1000	-679
material de escritório	715	1500	-785
artigos para oferta	1418	200	+1218
rendas e alugueres	845	4000	-3155
Comunicação	1516	17000	-15484
Seguros	232	500	-268
transportes de pessoal	109	100	+9
deslocações e estadias	5493	6000	-507
Honorários	2933	6000	-3067
contencioso e notariado	22	500	-478
conservação e reparação	96	---	+96
publicidade e propaganda	271	2500	-2239
limpeza higiene e conforto	226	200	+26
trabalhos especializados	4556	500	+4056
outros fornecimentos e serviços	1542	3445	-1903
TOTAL	20.899	46.445	-25546

Merece referência a rubrica Comunicação, onde o montante afecto fica a dever-se essencialmente com a informação aos membros e despesas com Telefone. O facto de só em Junho ter sido consumada a mudança para as novas instalações, originou um desvio positivo também nas rubricas Electricidade e Água. Contudo, na rubrica Trabalhos Especializados, para além de trabalhos de tipografia, surgem as despesas com serviços de limpeza e segurança, entre outras com menor peso, que resultam das novas necessidades decorrentes da instalação na nova sede e que não tinham sido previstas.

Por outro lado, a diferença negativa de 3 067 mEsc, na rubrica Honorários, decorre duma previsão de custos com assessoria financeira que não se veio a confirmar, já que se beneficiou das condições do contrato celebrado pela sede.

Finalmente merecem esclarecimento os diferenciais negativos das rubricas Rendas e Alugueres e Publicidade e Propaganda, em cujos montantes, estão incluídos alugueres de espaços e equipamento referentes a encontros e conferências decorrentes da actividade, que são parcialmente explicados pelo facto de a actividade comemorativa do dia do Enfermeiro surgir na rubrica Artigos para Oferta e as despesas com tipografia (1 482 mEsc) estarem incluídas na rubrica Trabalhos Especializados.

Custos com pessoal

Imediatamente a seguir surge a conta custos com pessoal, que representa 28,4% da estrutura de custos da **Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros** e que é discriminada da seguinte forma:

mEsc

Custos com pessoal	2001	Previsão	Variação
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL	10708	9140	+1568
Vencimento base	6183	6685	-502
Subsídio de alimentação	628	735	-107
Subsídio de Natal	643	560	+83
Subsídio de férias	1688	560	+1128
Abono para falhas	332	200	+132
Horas extraordinárias	1234	500	+734
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	1563	1660	-97
SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	649	300	+349
OUTROS CUSTOS (Formação Profission.)	140	---	+140
TOTAL	13.060	11.200	+1.860

Importa referir que o acréscimo na rubrica Abono para falhas decorre do alargamento deste abono a todas as funcionárias da secção, ao contrário da previsão inicial, o acréscimo em Horas extraordinárias é em parte explicado por trabalhos ocasionais, quer decorrente de actividades de órgãos regionais, quer de acréscimos de trabalho extraordinário, merecendo destaque, a digitalização de fotografias dos membros. O acréscimo na rubrica subsídio de férias decorre de deferimento de custos.

4.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

No ano 2001 concretizaram-se as obras do imóvel da **Secção Regional do Sul**, salientando-se a realização de investimentos no montante de 12.801 contos. Podemos traduzir este nível de investimentos, com base num mapa onde se demonstra os montantes aplicados em cada uma das rubricas:

mEsc

	Orçamentado 2001	Realizado2001	Variações
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	21.100	153.743	628,6%
Equipamento administrativo	15.000	10.237	-31,8%
Equipamento informático	0	348	
Outras imobilizações corpóreas	0	2216	
	36.100	166.544	361,3%

No orçamento de 2001 o valor previsto referia-se ao somatório dos valores das rubricas equipamento administrativo, informático e outras imobilizações corpóreas.

Aliás, no que respeita à aquisição da sede importará explicitar a situação verificada, já que o valor da aquisição do imóvel e do imposto de sisa foram apresentados na Assembleia Regional de 2001 como investimento realizado no ano 2000 (124 000 referente à aquisição e 12 400 referente ao imposto de sisa).

Assim o financiamento foi obtido a partir dum empréstimo bancário de 100 000 mEsc, da comparticipação nacional de 50 000 mEsc, sendo o restante proveniente do orçamento da Secção.

Os custos, podem ser resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Previsão	Realizado
Aquisição	124 000	124 000
Obras de adaptação	21 100	23 874
Aquisição de mobiliário, equipamento e material a)	15 000	12 800
SUB-TOTAL	160 100	160 674
Sisa	12 400	4 960
TOTAL	172 500	165 634

a) Inclui mobiliário, equipamento informático, de comunicação, artigos de decoração, material diverso para a sede regional, símbolos da OE.

Importará ainda realçar que já foi realizada uma amortização de 20 000 mEsc do valor do empréstimo.

ORDEM DOS ENFERMEIROS

Secção Regional Sul

Anexo ao Relatório e Contas 2001

Lisboa
Março 2002

SECÇÃO REGIONAL SUL

BALANÇO ACTIVO

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2001			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Materias primas subsidiarias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos.				
33	Produtos acabados e intermedios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Clientes de cobrança duvidosa.....				
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c.....				
212	Membros - Titulos a receber.....				
252	Secções Regionais.....	26.594.850		26.594.850	
253+254	Empresas participadas e participantes.....				
251+255	(Restantes) accionistas (socios).....				
229	Adiantamentos a fornecedores.....				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado...				
24	Estado e outros entes publicos.....				
262/6/7/8+221	Outros devedores.....	273.099		273.099	
264	Subscritores de capital.....				
		26.867.949		26.867.949	
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1511	Acções em empresas do grupo.....				
1521	Obrig. e tit. de particip. empresas do grupo				
1512	Acções em empresas associadas.....				
1522	Obrig. e tit. de particip. empresas associadas				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis.....				
18	Outras aplicacoes de tesouraria.....				
		0		0	
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	43.524.689		43.524.689	
11	Caixa.....	78.232		78.232	
		43.602.921		43.602.921	
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.....				
272	Custos diferidos.....	608.443		608.443	
		608.443		608.443	
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....		6.571.757		
	TOTAL DE PROVISÕES.....				
	TOTAL DO ACTIVO.....	240.314.185	6.571.757	233.742.428	

SECÇÃO REGIONAL SUL

BALANÇO ACTIVO

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2001			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento....				
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespasses.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas...				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais.....				
422	Edificios e outras construções.....	153.743.457	3.074.869	150.668.588	
423	Equipamento básico.....	1.027.476	385.304	642.172	
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensilios.....				
426	Equipamento administrativo.....	12.083.631	2.662.652	9.420.979	
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	2.380.308	448.932	1.931.376	
441/6	Imobilizações em curso.....				
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas.....				
		169.234.872	6.571.757	162.663.115	
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....				
4121+4131	Emprestimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Emprestimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros emprestimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	169.234.872	6.571.757	162.663.115	

SECÇÃO REGIONAL SUL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS			
		2.001		ANTERIOR	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Proveitos Associativos.....	87.320.530	87.320.530		
(3)	Variação da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	14.000			
74	Subsidios a exploracao.....				
76	Outros proveitos operacionais.....		14.000		
	(B).....		87.334.530		
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:				
784	Rendimentos de participacao de capital:				
(4)	Rendimentos de titulos negoc. e de out. aplic. financ				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	2.031.133	2.031.133		
	(D).....		89.365.663		
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		1.085.050		
	(F).....		90.450.713		

RESUMO	
Resultados operacionais: (B)-(A)=.....	46.813.772
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....	-3.374.741
Resultados correntes: (D)-(C)=.....	43.439.031
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....	44.504.076
Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=.....	44.504.076

SECÇÃO REGIONAL SUL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS			
		2001		ANTERIOR	
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas:				
	Mercadorias.....				
	Materias.....				
62	Fornecimentos e servicos externos.....		20.899.137		
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes.....	10.708.116			
	Encargos sociais:				
643+644	Pensoes.....				
645/8	Outros.....	2.351.551			
			13.059.667		
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo.....	5.539.586			
67	Provisoes.....		5.539.586		
63	Impostos.....	1.022.368			
65	Outros custos e perdas operacionais.....		1.022.368		
	(A).....		40.520.758		
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
(2)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	5.405.874	5.405.874		
	(C).....		45.926.632		
69	Custos e perdas extraordinarios.....		20.005		
	(E).....		45.946.637		
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....				
	(G).....		45.946.637		
88	Resultado liquido do exercicio.....		44.504.076		
			90.450.713		

SECÇÃO REGIONAL SUL

BALANÇO PASSIVO

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2001	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social		
521	Acções (quotas) proprias - Valor nominal		
522	Acções (quotas) proprias - Descontos e premios		
53	Prestacoes suplementares		
54	Premios de emissao de acçõoes (quotas)		
55	Ajustamento de partes de capital em filiais a associadas		
56	Reservas de avaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Fundo de Reserva	10.298.685	
573	Reservas contratuais		
574 a 579	Outras Reservas		
59	Resultados transitados	41.194.739	
	Subtotal	51.493.424	
88	Resultado liquido do exercicio	44.504.076	
89	Dividendos antecipados		
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	95.997.500	

SECÇÃO REGIONAL SUL

BALANÇO PASSIVO

Exercicio: 2001 Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2001	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões		
292	Provisões para impostos		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertiveis		
2322	Nao convertiveis		
233	Emprestimos por titulos de participação		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	75.407.211	
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	170.388	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferencia		
222	Fornecedores - Titulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado - Titulos a pagar		
252	Secções Regionais		
253+254	Empresas participadas e participantes		
251+255	Outros accionistas (socios)		
219	Adiantamentos de Membros		
239	Outros emprestimos obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	-273.401	
24	Estado e outros entes publicos	426.041	
262+263+264+265+746	Outros credores	11.379.913	
		87.110.152	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	1.634.776	
274	Proveitos diferidos	49.000.000	
	TOTAL DO PASSIVO	137.744.928	
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	233.742.428	

Ordem dos Enfermeiros – Secção Regional do Sul

N.I.P.C. 504.190.407
Rua Castilho, nº 59 – 9º Esq.
1250-068 Lisboa

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS

RESULTADOS

DO

Exercício de 2001

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 01.12.31

ORDEM DOS ENFERMEIROS - SECÇÃO REGIONAL SUL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Rua Castilho, nº 59 – 8º Esq., 1250-068 Lisboa, com o n. de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios contabilisticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade do balanço e das demonstrações dos resultados

Nos mapas de balanço e da demonstração dos resultados, os valores do exercício não são comparáveis com os do exercício anterior. Esta situação tem como justificação a mudança de gestão. A contabilidade da sede e das várias secções passou a ser efectuada individualmente. Quando se efectuou esta separação, em relação às contas de balanço detectaram-se algumas diferenças que ficaram reflectidas na conta 26. Optou-se por deixar estas contas em aberto mais um exercício com a expectativa de obter mais informação por forma a contabilizar os valores em contas adequadas.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.
As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem durante o exercício foi de 5 empregados, não existindo assalariados .

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(CONTOS)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções			153.743			153.743
Equipamento básico	1.027					1.027
Equipamento administrativo	1.498		10.585			12.083
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	165		2.216			2.381
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2.690		166.544			169.234

b) Amortizações e provisões

(CONTOS)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções		3.075		3.075
Equipamento básico	257	128		385
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	714	1.949		2.663
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	62	387		449
Total	1.033	5.539		6.572

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(CONTOS)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
57 - Reservas				
571 - Fundo de Reserva	10.299			10.299
59 - Resultados transitados	41.195			41.195
88 - Resultado líquido do exercício		44.504		44.504
Total	51.494	44.504		95.998

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(CONTOS)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Emolumentos	637
Percentagem sobre Facturação	86.683
Total	**87.320**

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(CONTOS)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
681-Juros suportados	5.386		781-Juros obtidos	1.757	
688-Outros custos e perdas financeiros	20		786-Desc. De pronto pagam. Obtidos	274	
Resultados financeiros	**-3.375**				
Total	2.031		Total	2.031	

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(CONTOS)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
697-Correcções relat. a exerc. ant.	20		797-Correcções relativas a exercícios anteriores		
698-Outros custos e perdas extraordinários			798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.085	
Resultados extraordinários	**1.065**		***Resultados extraordinários***		
Total	1.085		Total	1.085	

48 - Outras informações

a) *Acréscimos e diferimentos*

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2001:

(CONTOS)

Custos diferidos	
Seguros	608
Outros custos diferidos	
Total	608

Acréscimos de custos	
Seguros a liquidar	
Remunerações a liquidar	1.635
PT Prime	
Outros acréscimos de custos	
Total	1.635

Proveitos diferidos	
Subsídios para investimentos	49.000
Total	49.000

P/ O Técnico Oficial de Contas

Conselho Directivo Regional